



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO - 0000044-82.2019.2.00.0000**
Requerente: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**
Requerido: **CLESIO COELHO CUNHA e outros**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO EM DESFAVOR DE MAGISTRADOS. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. VIOLAÇÃO DOS DEVERES IMPOSTOS PELOS ARTS. 35, I E VIII, DA LOMAN, BEM COMO PELOS ARTS. 8º, 24 E 37 DO CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL PELA MAGISTRADA. QUEBRA DA IMPARCIALIDADE. DECISÃO TERATOLÓGICA. COMPROVADO FAVORECIMENTO DE EX-ASSESSOR EM CONCURSO PARA DELEGAÇÃO DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO. PARCIAL PROCEDÊNCIA DAS IMPUTAÇÕES EM RELAÇÃO À PROCESSADA. APLICAÇÃO DA PENA DE DISPONIBILIDADE PELO PRAZO DE 2 ANOS. NÃO COMPROVADO, ENTRETANTO, QUE O MAGISTRADO SE UTILIZOU DO CARGO PARA BENEFICIAR TERCEIRO. IMPROCEDÊNCIA DAS IMPUTAÇÕES QUANTO AO PROCESSADO.

1. Processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de desembargadora e de juiz de direito do TJMA, por possível violação dos deveres de imparcialidade, transparência e prudência, em razão de suposto favorecimento de candidato em concurso para delegação de serventias extrajudiciais do Estado.

2. Assentado, no ato de instauração do PAD, que inexistia vício decorrente da origem da reclamação disciplinar (denúncia anônima) e que a independência funcional do magistrado não serve de manto para salvaguardar decisões teratológicas, fica evidente que a tese defensiva de nulidade deste feito se encontra preclusa e acobertada pela coisa julgada administrativa, a impossibilitar o reexame pelo CNJ. Precedentes.

3. Não havendo provas de que a relação existente entre a desembargadora processada e o seu ex-assessor era de amizade, nem de que a designação do juiz tinha o intuito de favorecer esse suposto amigo, há de se concluir pela improcedência dessas imputações, já que *“a não convergência das provas afasta a certeza do cometimento da falta funcional”* e que o juízo censório não pode decorrer de meras inferências.

4. A despeito, porém, da não comprovação dessa amizade, o conjunto probatório é inequívoco a revelar que a magistrada proferiu decisão teratológica durante o plantão judiciário, ao conhecer e deferir medida liminar em mandado de segurança impetrado por seu ex-assessor, sem que estivesse presente a urgência necessária (Resolução CNJ 71/2009) ou detivesse competência sobre a suposta autoridade coatora (Resolução CNJ 71/2009) e, ainda, em afronta à lei que disciplina o mandado de segurança (Lei 12.016/2009) e a princípios que regem a sua atuação.

5. Esse agir contrário a deveres de tamanha envergadura basta por si só para conspurcar o histórico funcional da processada e evidencia que a penalidade cabível, *in casu*, é a disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, pelo prazo de 2 anos, visto que, embora sejam graves, as condutas faltosas não acarretam a incompatibilidade permanente para o exercício do cargo.



6. Não comprovado, entretanto, que o magistrado se utilizou da função para favorecer o ex-assessor da desembargadora, remanesce o caráter jurisdicional do ato praticado, a exigir a improcedência das imputações.

ACÓRDÃO

O Conselho, decidiu: I - por unanimidade, julgar improcedentes as imputações em relação ao Juiz, nos termos do voto do Relator; II - por maioria, julgar parcialmente procedentes as imputações relativas à Desembargadora, para aplicar-lhe a pena de disponibilidade por 2 (dois) anos, nos termos do voto do Relator. Vencidos, parcialmente, os Conselheiros Luiz Fernando Bandeira de Mello, Marcos Vinicius Jardim Rodrigues, Daiane Nogueira, Luis Felipe Salomão e Caputo Bastos, que aplicavam a pena de disponibilidade, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. Vencido, em maior extensão, o Conselheiro Marcello Terto, que julgava improcedente o processo administrativo disciplinar para ambos os requeridos. Presidiu o julgamento o Ministro Luís Roberto Barroso. Plenário, 20 de fevereiro de 2024. Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Luís Roberto Barroso, Luis Felipe Salomão, Caputo Bastos, José Rotondano, Mônica Autran Machado Nobre, Jane Granzoto, Renata Gil, Daniela Madeira, Giovanni Olsson, Pablo Coutinho Barreto, João Paulo Schoucair, Marcos Vinicius Jardim Rodrigues, Marcello Terto, Daiane Nogueira e Luiz Fernando Bandeira de Mello. Sustentaram oralmente: o Subprocurador-Geral da República José Adonis Callou de Araújo Sá; pelo Requerido, a Advogada Ana Luísa Vogado de Oliveira - OAB/DF 59.275; e, pela Requerida, o Advogado Luiz Fernando Vieira Martins - OAB/RS 53.731.



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO - 0000044-82.2019.2.00.0000**
Requerente: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**
Requerido: **CLESIO COELHO CUNHA e outros**

RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado por este Conselho em desfavor da Desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa e do Juiz de Direito [Clésio Coelho Cunha](#), ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), com o objetivo de apurar a violação, em tese, do art. 35, I e VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, bem como dos arts. 8º, 24 e 37 do Código de Ética da Magistratura Nacional.

Distribuídos os autos, a então Relatora não conheceu dos embargos opostos pelo magistrado (Id. 3543926) e determinou a intimação da Procuradoria-Geral da República (PGR) para manifestação (Id. 3587313).

Em resposta, a PGR requereu a produção de provas documental e testemunhal (Id. 3601992).

Na sequência, o Juiz Clésio Coelho Cunha interpôs novo recurso (Id.



3597727), que não foi conhecido (Id. 3707421), e a Desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa pleiteou a cisão dos feitos, o que foi indeferido (Id. 3707421).

Escoado o prazo de conclusão do PAD, foi promovida a sua prorrogação por mais 140 dias (Id. 3639137).

Devidamente citados (Id. 3759000), os magistrados apresentaram defesa prévia, ocasião em que pleitearam a produção de prova testemunhal (Ids. 3780780 e 3785895).

Submetida proposta de prorrogação do prazo de conclusão do feito ao Colegiado do CNJ, o PAD foi prorrogado por mais 140 dias (Id. 4036106)

Produzidas provas documentais (Ids. 4072494 e 4083455) e aberta vista ao MPF (Ids. 4083842 e 4107938), foi designada a audiência de instrução (Id. 4223016).

Ouvidas as testemunhas (Ids. 4284231 e 4353953) e realizados os interrogatórios (Id. 4284231), concedeu-se prazo para razões finais (Id. 4340085).

Intimado, o *Parquet* manifestou-se pela procedência do PAD, com a aplicação da sanção de aposentadoria compulsória com proventos proporcionais a ambos (Ids. 4374890 e 4374891). Os processados, por seu turno, pugnaram pela improcedência do PAD (Ids. 4397655 e 4398953).

Autos recebidos conclusos por este Conselheiro em 1º de fevereiro de 2024.

É o relatório.



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO - 0000044-82.2019.2.00.0000**
Requerente: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**
Requerido: **CLESIO COELHO CUNHA e outros**

VOTO

O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) foi instaurado pelo CNJ em desfavor da Desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa e do Juiz de Direito Clésio Coelho Cunha, ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), com a finalidade de apurar a violação, em tese, dos deveres impostos pelos arts. 35, I e VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), bem como possível afronta aos arts. 8º, 24 e 37 do Código de Ética da Magistratura e arts. 18 e 19 da Lei Orgânica do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.



Em termos objetivos, a conduta imputada aos processados consiste no suposto favorecimento de candidato em concurso para delegação de serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão (Ids. 3525468 e 3525411), especificamente o Senhor José Mauro Barbosa Arouche, ex-assessor e suposto amigo íntimo da Desembargadora citada.

Antes, porém, de avançar no exame do mérito, passo a enfrentar as teses defensivas.

I – DA TESE DE NULIDADE DO PAD

Defendem os magistrados que o presente PAD seria nulo, porquanto a Reclamação Disciplinar (RD) 0002170-13.2016.2.00.0000 (ID. 3525468), que o originou, foi instaurada a partir de denúncia anônima e porque as condutas tidas como faltosas estariam, em verdade, abrangidas pela independência funcional.

Cuida-se, entretanto, de teses que, embora aventadas nas razões finais, **já foram devidamente apreciadas e afastadas por este Colegiado** no momento da instauração do PAD, uma vez que já haviam sido apontadas na RD. Confira-se (Ids. 3525472 e 3525468):

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, decidiu, por unanimidade:

I - rejeitar a alegação de nulidade decorrente da utilização de denúncia anônima;

II - julgar procedente o pedido, para determinar a abertura de processo administrativo disciplinar em desfavor da Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa e do Juiz de Direito Clesio Coelho Cunha, sem afastamento dos requeridos, aprovando desde já a portaria de instauração do PAD, nos termos do voto do Relator. [...] Plenário, 6 de novembro de 2018." (grifo nosso)

EMENTA

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. POSSÍVEIS INFRAÇÕES DISCIPLINARES PRATICADAS POR DESEMBARGADORA CORREGEDORA-GERAL. POSSÍVEIS INFRAÇÕES DISCIPLINARES

[...]

4. Conforme já decidido neste Conselho Nacional de



Justiça, em casos como os dos autos, a punição não decorre do teor das decisões, mas sim, do procedimento que se revela “incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções” (art. 56, inciso II, da LOMAN), ou do desvio ético e de conduta que levou à prolação do ato judicial viciado”. (grifo nosso)

Como bem assentou o Plenário do CNJ naquela oportunidade, *“a informação anônima ou apócrifa não inibe nem prejudica a prévia coleta de elementos de informação dos fatos delituosos (STF, Inquérito n. 1.957-PR) com vistas a apurar a veracidade dos dados nela contidos”*. Além disso, é dever deste órgão *“apurar denúncias em relação aos desvios no âmbito do Poder Judiciário, mesmo sem identificação do denunciante, quando verificar a existência de verossimilhança dos fatos apontados”*.

É dizer: havendo indícios de possíveis atos faltosos praticados por magistrados, o CNJ tem a obrigação de apurar independentemente da natureza da fonte.

Já no que se refere à suposta insindicabilidade dos atos, ficou claro naquele julgado que *“a garantia da independência funcional do magistrado e o princípio do livre convencimento motivado não podem ser empregados como escudo intransponível para a prolação de decisões totalmente desprovidas de fundamento no ordenamento jurídico”*.

Ou seja, decisões consideradas teratológicas – *“fora do limite do razoável e incompreensível dentro do ambiente da racionalidade do sistema”* (Recurso Administrativo em Reclamação Disciplinar - 0001161-45.2018.2.00.0000 - Rel. João Otávio de Noronha - 275ª Sessão Ordinária - julgado em 07/08/2018) – também são alcançadas pelo controle disciplinar deste Conselho.

Logo, é certo que, a despeito de os requeridos terem optado por seguir tal linha defensiva, **as alegações trazidas encontram-se preclusas e acobertadas pela coisa julgada administrativa**, a impossibilitarem o reexame pelo CNJ:

RECURSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. RESOLUÇÃO CNJ N.º 481/2022. REGIME DE TELETRABALHO. MÁXIMO DE 30% (TRINTA POR CENTO) DO QUADRO. MATÉRIA DISCUTIDA PELO PLENÁRIO NO PCA N.º 0002260-11.2022.2.00.0000. COISA JULGADA ADMINISTRATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. RECURSO IMPROVIDO.

1. A Resolução CNJ n.º 481/2022, editada no bojo do PCA n.º 0002260-11.2022.2.00.0000, **já foi objeto de amplo debate pelo Plenário deste Conselho e, evidenciada a ocorrência de coisa julgada administrativa, se torna inviável a reapreciação da matéria.**

2. Recurso administrativo a que se nega provimento. (grifo nosso)

(Recurso Administrativo em Pedido de Providências 0007588-19.2022.2.00.0000 - Rel. João Paulo Schoucair - 3ª Sessão



Virtual - julgado em 10/03/2023).

E sendo esse, portanto, o quadro que circunscreve a preliminar suscitada, rejeito-a.

II –DO MÉRITO

Ao ingressar na questão de fundo, constata-se que a deliberação do Colegiado do CNJ pela apuração disciplinar adveio da existência de indícios de possível violação dos deveres de imparcialidade, transparência e prudência dos magistrados no tratamento conferido a candidato do concurso para ingresso na atividade notarial e registral do Estado do Maranhão, inaugurado pelo Edital 1/2008^[1]. Veja-se excerto da Portaria CNJ 13/2018 (Id. 3525411):

CONSIDERANDO que há indícios de que a Desembargadora NELMA CELESTE SOUSA SILVA SARNEY COSTA, designou o também Reclamado, Juiz de Direito CLÉSIO COELHO CUNHA, para responder pela 5ª Vara da Fazenda Pública, da Ilha de São Luís-MA, com o fim de obter sentença favorável a José Mauro Barbosa Arouche, assessor e amigo daquela, em ação ordinária em que este buscava a reapreciação das questões subjetivas de concurso para ingresso em serventia extrajudicial realizado no ano de 2008, onde não logrou aprovação, durante as férias do titular, abrangendo inicialmente o período de 3 de agosto a 1 de outubro de 2015, conforme Portaria-CGJ-31122015 (ID 2040771), o que realmente ocorreu.

CONSIDERANDO que há indícios, também, que durante o plantão judiciário de 2º Grau, realizado no dia 02 de abril de 2016, com o intuito de manter a sentença obtida aparentemente através da sua influência, A Desembargadora NELMA CELESTE SOUSA SILVA SARNEY COSTA conheceu e deferiu liminar em Mandado de Segurança impetrado pelo seu já então ex-assessor, Sr. José Mauro Barbosa Arouche, suspendendo os efeitos da decisão proferida pelo Relator Des. Lourival de Jesus Serejo Souza, do Tribunal de Justiça do Maranhão, no bojo do Agravo Regimental em Ação Rescisória n. 12.022/2016, sem que tal matéria estivesse listada dentre aquelas urgentes e passíveis de apreciação durante o plantão judiciário, conforme estabelecem artigos 18 e 19 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça daquele estado.

CONSIDERANDO que há indícios de que o ora Reclamado, Juiz de Direito CLESIO COELHO CUNHA, foi designado para responder pela 5ª Vara da Fazenda Pública, da Ilha de São Luís-MA, com a finalidade de atender a pedido da autoridade designante e julgar a Ação Ordinária n.º 9.793/2014, o que realmente ocorreu, com sentença favorável ao autor José



Mauro Barbosa Arouche, assessor e amigo da Desembargadora NELMA CELESTE SOUSA SILVA SARNEY COSTA, então Corregedora Geral da Justiça do Estado do Maranhão e responsável pela designação, conforme Portaria-CGJ-31122015 (ID 2040771). Na ação ordinária em questão, o autor buscava a reavaliação das questões teóricas e práticas do concurso para ingresso nos cargos de Notários e Registradores do Estado do Maranhão, realizado no ano de 2008 (Edital 01/2008), onde não logrou aprovação, sendo que durante o período de substituição, embora a referida Vara contasse com aproximadamente 3 mil processos, a maioria tramitando por tempo superior ao de interesse do então assessor da Desembargadora Nelma Sarney, há indícios de que o Reclamado selecionou o referido processo e, no dia 20 de agosto de 2015, acolheu a tese defendida pelo autor, adentrando no mérito das questões teóricas e práticas, aplicando a nota pretendida, sendo relevante realçar que embora tenha julgado contra a jurisprudência consolidada no STF e não existirem súmulas dos Tribunais Superiores a sustentarem a sua decisão, aparentemente simulou ter seguido tal jurisprudência e não submeteu a sentença ao duplo grau obrigatório, ao argumento de que era "desnecessária remessa a Superior Instância, ante a previsão do art. 475, parágrafos 2º e 3º do CPC", o que culminou por facilitar o "trânsito em julgado".

CONSIDERANDO a existência de indícios de possíveis infrações disciplinares cometidas por NELMA CELESTE SOUSA SILVA SARNEY COSTA, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e por CLESIO COELHO CUNHA, Juiz de Direito do mesmo Tribunal, ambos por violação do dever de cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições e os atos de ofício, além de manter conduta irrepreensível na vida pública e particular, afrontando o disposto no Art. 35, I e VIII da Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN), bem como da não observância das regras de imparcialidade, transparência e prudência, previstas nos artigos 8º, 24 e 37 do Código de Ética da Magistratura, que devem nortear a conduta de todos os Magistrados, e ainda o descumprimento do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Orgânica do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por parte dos Reclamados.

Da leitura da supracitada portaria, também fica claro que a figura central de todo esse enredo reputado como de viés correcional é José Mauro Barbosa Arouche, o candidato que teria sido beneficiado pelas condutas dos processados, Desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa e Juiz Clésio Coelho Cunha.

Levantado o seu histórico, o que se colhe do feito é que o referido certamista atuou no TJMA de 1991 a 2014 (ID. 4284235) e que, de 2001 a 2014, exerceu a função de assessor (cargo comissionado puro) da Desembargadora Nelma Celeste Souza Silva



Sarney Costa (ID. 4284236). Em 2008, entretanto, decidiu se lançar em novos desafios e incluiu, nesse projeto, o quadro de delegatários do Maranhão.

Assim, deflagrado o certame^[2], prestou o concurso para aquele ofício, porém, malgrado o anseio por alcançar a nova função, foi reprovado na prova discursiva, já que obteve média 3, quando eram necessários 5 pontos para sua aprovação (ID. 3525485).

Irresignado com o resultado, interpôs recurso administrativo perante a banca examinadora do certame, mas novamente teve seu objetivo frustrado, uma vez que o recurso foi desprovido.

Ainda inconformado com esse desfecho, José Mauro Barbosa Arouche impetrou mandado de segurança perante o TJMA e, embora tenha obtido medida cautelar que lhe assegurou o direito de provocar novamente a banca, as notas foram mantidas pela encarregada do torneio (ID. 3525601).

À vista desse cenário, decidiu propor, **em 2014** (ou seja, 6 anos depois), ação ordinária contra o Estado do Maranhão, a fim de que fossem recorrigidas as questões teóricas e uma das questões práticas da prova que havia feito em 2008 (ID. 3525485). Ajuizada, pois, a demanda, esta foi distribuída à **5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís/MA (Ação Ordinária 9.793/2014)**.

É a partir daí, portanto, que o candidato deixa de ser o único protagonista dessa narrativa e que os processados passam a integrar o contexto qualificado como de provável violação dos deveres que norteiam a magistratura.

Tendo assumido a função de Corregedora-Geral da Justiça do Maranhão no biênio 2014/2015 e ficado ciente de que era preciso indicar um magistrado para responder pela 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís no período de férias do titular daquela unidade (**março de 2014**), a Desembargadora Nelma Sarney optou por designar o Juiz Clésio Coelho Cunha (IDs. 3525541 e 4397655).

Ocupado, então, o posto, o magistrado passou a conduzir os feitos da 5ª Vara e, ao examinar a citada Ação Ordinária 9.793/2014, decidiu conceder a medida liminar pleiteada, para determinar à comissão do concurso que reapreciasse as questões apontadas por José Mauro Barbosa Arouche como indevidamente corrigidas (ID. 3525485, p. 23).

A tutela deferida, contudo, não foi capaz de garantir o êxito do candidato, porquanto, mesmo reexaminando a correção levada a efeito pela comissão examinadora, esta deliberou por negar provimento ao recurso e manteve as notas outrora atribuídas.

Novamente descontente, o aspirante não se deu por vencido e reiterou, nos autos daquela ação ordinária, que a correção promovida era equivocada e continha erros manifestos (ID. 3525485, p. 23).

Todavia, ao ser mais uma vez designado pela Desembargadora Nelma Sarney como substituto daquela unidade (**agora em agosto 2015** - ID. 3525541), o Juiz



Clésio Coelho Cunha apreciou a situação do candidato. Julgou o mérito da lide, analisou a sua prova e lhe atribuiu os 5 pontos necessários à aprovação, determinando, ainda, que seus títulos fossem avaliados (ID. 3525485).

Aprovado, desse modo, no certame e transitada em julgada a sentença (2/10/2015), a Corte Maranhense outorgou a José Mauro Barbosa Arouche a serventia extrajudicial do Município de Buriticupu/MA (Id. 3525485, p. 7).

No entanto, insatisfeita com esse fato, a Associação de Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA) propôs, em 23/2/2016, ação rescisória com pedido de efeito suspensivo, buscando rescindir a decisão do Juiz Clésio Coelho na Ação Ordinária 9.793/2014 e garantir que a serventia de Buriticupu/MA passasse a figurar na relação geral de vacância destinada ao próximo certame.

Referida ação foi distribuída ao Desembargador Lourival de Jesus Serejo Souza, que, após apreciar o feito, indeferiu o pedido liminar (Id. 3780780). Interposto, porém, agravo regimental pela ATC/MA, o relator refluíu de seu entendimento e determinou, em 29/3/2016, **a suspensão dos efeitos da sentença rescindenda e do ato de outorga da delegação** (Id. 3525645, p. 30 e 31).

Ciente desse ato e contrariado com a determinação, José Mauro Barbosa Arouche decidiu interpor agravo interno da decisão (Id. 3780796, p. 9) e, a despeito do recurso manejado, aproveitou a oportunidade para impetrar **mandado de segurança em plantão judiciário, cuja plantonista escalada era a Desembargadora Nelma Sarney**.

Recebidos, então, os autos, a requerida viu-se diante de uma situação atípica: tinha sob o seu crivo um mandado de segurança que carregava demanda de seu ex-assessor e questionava decisão contra a qual cabia recurso.

Não obstante, optou por deferir a medida cautelar para suspender a decisão proferida pelo Desembargador Lourival de Jesus Serejo Souza no bojo do agravo regimental (Ids. 3780780, p. 19 e 3525645, p. 34) e assegurou ao candidato o retorno ao *status quo ante* (ser mantido na titularidade da serventia extrajudicial).

É esse, pois, o cenário que delineia as faltas disciplinares imputadas aos magistrados e que será objeto de detido exame, que passo a promover.

1. Das condutas imputadas à Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa

Diante do quadro ora revelado, considerou o Colegiado do CNJ que teriam sido duas as faltas praticadas pela Desembargadora Nelma Sarney com o objetivo de garantir que José Mauro Barbosa Arouche alcançasse o posto de delegatário titular de uma das serventias extrajudiciais maranhenses (Portaria CNJ 13/2018 - Id. 3525411): **a)** a designação do Juiz Clésio Coelho Cunha para responder pela unidade judiciária em que



tramitava a ação ordinária proposta por seu assessor e amigo pessoal José Mauro e **b)** a prolação de decisão favorável ao candidato em mandado de segurança durante plantão judiciário.

Volto-me, desse modo, ao exame de cada uma delas:

a) “Designação do Juiz de Direito Clésio Coelho Cunha para responder pela 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís/MA com o fim de obter sentença favorável ao assessor e amigo [José Mauro Barbosa Arouche](#)”

Consoante se observa, a conduta ora analisada resulta da conformação de duas premissas que revelariam a parcialidade da magistrada: a suposta amizade existente entre ela e o seu ex-assessor, bem como a designação do magistrado Clésio Coelho Cunha para atuar na 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís com [o deliberado propósito de favorecer o autor da ação ordinária](#).

Desse modo, para que se pudesse concluir pela procedência da imputação, seria preciso que o juízo censório decorresse de elementos de prova contundentes a confirmar tais premissas. Ocorre que não é esse o panorama que emerge do acervo probatório, já que, além de não se identificar provas que confirmem a relação de amizade, também não se colhe evidências que atestem que a [designação do requerido](#) teve uma finalidade ilegítima.

Com efeito, [embora não haja qualquer impropriedade em se afirmar que o considerável tempo dedicado ao exercício da função \(2001 a 2014 - Ids. 3525645, p. 37 e 4284236\)](#) e a própria natureza da atividade (que pressupõe uma relação de confiança e lealdade) externam uma proximidade entre o ex-assessor e a Desembargadora processada, mostra-se defeso declarar que essa relação era de amizade.

Na esteira do que assentam a jurisprudência da Corte Constitucional e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para que se possa concluir pela configuração de amizade é indispensável que esse vínculo esteja ancorado em traços de “extrema familiaridade” e de convivência, capazes denotar “caráter de intimidade” fora do ambiente laboral. A propósito, cito julgados daqueles Tribunais:

STF

10. Em sua defesa, todos os desembargadores foram enfáticos em sustentar não possuírem amizade íntima com o citado ex-Governador, mas estarem a ele ligados somente por um vínculo profissional. Tal vínculo não caracteriza a hipótese do artigo 254, I, do CPP, posto que **só há “amizade íntima quando existe [extrema familiaridade](#), frequência assídua na residência do amigo, relação de compadrio, existência de favores, etc (...)** Não configura amizade íntima a



superficial, efêmera, comum, que constitui apenas relações de deferência, confiança, simpatia pessoal, etc”. (MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado: referências doutrinárias, indicações legais, resenha jurisprudencial, 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1997, p. 328.)

(AO1092, Relator(a): Luiz Fux, julgado em 31/7/2019).

STJ

AGRAVO INTERNO NA EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. ARTS. 144 E 145 DO CPC/2015. PARCIALIDADE. INEXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA. DESEMBARGADOR. IMPEDIMENTO. INOVAÇÃO RECURSAL.

1. O reconhecimento da suspeição, por implicar o afastamento do juiz natural da causa, exige a comprovação de imparcialidade do julgador para apreciar o litígio, sendo insuficientes meras conjecturas (arts. 144 e 145 do CPC/2015). Precedentes.

2. No caso, as alegações apresentadas pelo excipiente não caracterizam situações capazes de ensejar o impedimento ou a suspeição do magistrado. 3. É inviável a análise de tese alegada apenas em agravo interno por caracterizar indevida inovação recursal. 4. Agravo interno não provido.

(STJ - AgInt na ExSusp 195 / DF 2019/0090298-4, Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Data do Julgamento: 26/06/2019, Data da Publicação: 01/07/2019, S2 - Segunda Seção)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. FATOS APENAS ALEGADOS E NÃO COMPROVADOS DA IMPARCIALIDADE DO MAGISTRADO. REJEIÇÃO LIMINAR. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC.

1. A alegação de existência de amizade ou inimizade do julgador para com uma das partes ou para com seus advogados (art. 145 do CPC) deve ser devidamente comprovada. Precedentes.

2. No caso, o excipiente não indicou em qual das hipóteses de suspeição taxativamente previstas no referido dispositivo legal, a Ministra excepta teria incorrido, limitando-se a acoima-la de julgadora parcial em virtude de intervenções pretéritas em outros feitos por ela relatados.

3. Agravo interno não provido, com aplicação de multa.

(AgInt na ExSusp n. 194/DF, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 14/8/2019, DJe de 21/8/2019.)

[...] Ademais, é cediço que a simples alegação de relação de amizade, na forma como suscitada pela excipiente, não é bastante para demonstrar o interesse do juiz no julgamento da causa. Consoante o magistério de Pontes de Miranda: **Íntima**



diz-se a amizade quando há laços afetivos, notórios ou não, mas verificáveis por fatos de estreita solidariedade, que possam influir no julgamento pela determinação psicológica, consciente ou não. [...] A intimidade supõe a convivência freqüente, com certo trato familiar e dádivas que são repetidas e outros dados de ligação contínua. (in Comentários ao código de processo civil. Rio de Janeiro: Editora Forense, Tomo II, 1995, p. 425).

Na mesma linha é a lição de Celso Agrícola Barbi: **"Não é qualquer amizade, mas sim a que se revista do caráter de intimidade. Esta se revela pela convivência freqüente, familiaridade no tratamento, prestação repetida de obséquios e outras manifestações exteriores de acentuada estima".** (in Comentários ao código de processo civil. Rio de Janeiro: Editora Forense, Vol. I, 1998, p. 419). [...] (ExSusp n. 190, Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 21/06/2018.)

Na hipótese dos autos, entretanto, não se identificam subsídios aptos a revelarem a existência de uma relação mais estreita entre a Desembargadora Nelma Sarney e José Mauro Barbosa Arouche fora do ambiente de trabalho. Além de não haver evidência material nessa linha, o teor das declarações prestadas segue no sentido do desconhecimento de qualquer relação de tal natureza entre os dois. Confira-se os depoimentos do Desembargador Vicente de Castro e da Juíza Oriana Gomes (Ids. 4353955, 10'20" e 4284367, 2'37"):

Quando o senhor José Mauro foi despachar com o senhor e relatou isso, além desse relato de ter integrado a equipe, ele mostrou assim uma proximidade maior que a de ter feito parte da equipe? Quero dizer, uma relação de amizade um pouco mais estreita?

[Desembargador Vicente de Castro] **Não, não fez nenhuma referência em relação a isso, a uma possível amizade estreita com a Desembargadora Nelma.**

E essa relação profissional de ambos, ele chegou a relatar de quanto tempo vinha? Como nasceu?

[Desembargador Vicente de Castro] **Bom, eu cheguei aqui no tribunal em 2012 e ele já transitava pelo prédio como pessoa pertencente à equipe de trabalho da Desembargadora Nelma.**

A senhora sabe me dizer se ele tinha uma relação mais estreita com a Desembargadora Nelma?

[Juíza Oriana Gomes] **Não, o que ele tinha era o que tinha com outros desembargadores. Relação estreita com a**



Desembargadora Nelma não sei, não tenho conhecimento.

Nem mesmo a existência de um possível vínculo mais próximo entre a Desembargadora processada e o magistrado Clésio Cunha pôde ser extraída dos depoimentos colhidos (Ids. 4284260, 4284272, 4284298, 4284305, 4284311, 4284368):

Conselheiro Relator: O senhor tem informações sobre eventual amizade ou alguma coisa que indique uma proximidade fora das relações institucionais entre o juiz Clésio e a desembargadora Nelma?

Desembargador Lourival: **Nunca vi os dois juntos.**

Luiz Fernando (advogado da Desa. Nelma): Boa tarde, Doutora. Tudo bom? Dra. Nessa linha que a Sra. falou, tem bastante conhecimento do que aconteceu na época, né?! A Sra. sabe me dizer se houve alguma relação de amizade entre o Dr. Clésio e a Dra. Nelma nesse período ou era uma relação profissional?

Desembargadora Maria Francisca: **Acho que a relação profissional, né?! Nunca vi amizade... dele na casa dela, nunca vi.** Como qualquer juiz ao lado de desembargador. Mas nunca vi ele lá na corregedoria na época que eu estava com a Desembargadora Nelma.

Luiz Fernando (advogado da Desa. Nelma): A senhora sabe me dizer se existia alguma relação de amizade do Dr. Clésio com a Dra. Nelma?

Juíza Oriana Gomes: **Relação de amizade não tem.** Juiz não tem que ter muita relação de amizade com Desembargador, Dr. Eu não tenho, por exemplo... agora foi uma votação aqui por merecimento e muita gente, as vezes, até vai pedir voto e eu que componho, sou a quinta da lista, não falo nem com ela que eu conheço, que me convidou para juíza corregedora. (...) Não existe relação de amizade de juiz com desembargador.

Portanto, à mingua de elementos que comprovem esses fatos, afigura-se inaplicável o pressuposto de que a conduta teria sido norteadada por uma relação de amizade, porque, assim como ocorre no processo penal, o PAD deve ser sempre conduzido à luz da máxima de que “*o Estado de Direito não tolera meras conjecturas e ilações como fundamento condenatório [...], pois a prova deve ser robusta, consistente,*



apta e capaz de afastar a odiosa insegurança jurídica, que tornaria inviável a crença nas instituições públicas” (HC 172606, Relator(a): Alexandre de Moraes, Monocrática, julgado em 31/7/2019).

E, como já pontuado, outra não é a constatação que se tem sobre a segunda premissa que escorou a presente imputação: a suposta designação do Juiz Clésio Coelho Cunha com a finalidade de favorecer o seu ex-assessor.

Decerto, não há evidências que revelem a imposição de um rito/padrão diferenciado a comprovar que a escolha do requerido para a 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís tinha esse propósito.

Da ficha funcional do magistrado Clésio Coelho Cunha (ID. 3525541), é possível verificar que, por atuar como juiz auxiliar de entrância final, já vinha sendo designado desde 2009 pela Corregedoria do TJMA para responder por varas com diferentes tipos de competência e que, mesmo após a saída da Desembargadora Nelma Sarney da Corregedoria (2014/2015), permaneceu sendo designado para assumir várias unidades. Percebam:

Matrícula			Nome		
51284			CLÉSIO COELHO CUNHA		
Data Inicial	Data Final	Dias	Tipo	Lotação	Substituto
07/02/2014	07/02/2014	90	Funcionat	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS (1179)	
16/02/2014	17/02/2014	90	Funcionat	1ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SÃO LUÍS (1194)	
08/01/2015	07/02/2015	31	Funcionat	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS (1171)	
13/11/2015	18/12/2015	35	Funcionat	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS (1522)	
14/10/2015	16/11/2015	32	Funcionat	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS (1190)	
16/10/2015	16/11/2015	32	Funcionat	2ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS (1191)	
14/09/2015	14/09/2015	1	Responder	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	JOSÉ GONÇALVES DE SOUSA FILHO (12929)
15/09/2015	15/10/2015	31	Funcionat	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS (1189)	
15/09/2015	15/10/2015	31	Funcionat	1ª VARA CÍVEL DO FORUM DE SÃO LUÍS (1185)	
22/09/2015	22/09/2015	1	Funcionat	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS (1522)	JOSÉ AFRÂNIO NEZER DE LIMA (2849)
14/09/2015	14/09/2015	1	Funcionat	2ª VARA DE PACO D'OLIMARIA (1125)	JOSÉ AFRÂNIO NEZER DE LIMA (2849)
02/08/2015	02/08/2015	1	Funcionat	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS (1522)	
11/07/2015	15/08/2015	30	Funcionat	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1188)	JOSÉ GONÇALVES DE SOUSA FILHO (12929)
19/07/2015	09/08/2015	20	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1188)	
04/07/2015	14/07/2015	11	Funcionat	2ª VARA CÍVEL DO FORUM DE SÃO LUÍS (1185)	JOSÉ AFRÂNIO NEZER DE LIMA (2849)
13/07/2015	01/08/2015	30	Funcionat	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS (1522)	
06/06/2015	13/06/2015	8	Responder	ALTERNATIVA DA JUSTIÇA MILITAR (1173)	
01/06/2015	30/06/2015	30	Funcionat	2ª VARA CÍVEL DO FORUM DE SÃO LUÍS (1185)	
02/05/2015	31/05/2015	30	Funcionat	2ª VARA CÍVEL DO FORUM DE SÃO LUÍS (1185)	
04/05/2015	24/05/2015	21	Cumulação/variante	2ª VARA CÍVEL DO FORUM DE SÃO LUÍS (1185)	
17/04/2015	01/05/2015	15	Funcionat	2ª VARA CÍVEL DO FORUM DE SÃO LUÍS (1185)	
17/03/2015	11/04/2015	26	Funcionat	2ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS (1171)	
03/03/2015	13/03/2015	11	Funcionat	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS (1179)	
02/03/2015	30/03/2015	30	Funcionat	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	FERNANDO LUIZ MENDES CRUZ (2009)
01/02/2015	15/02/2015	15	Funcionat	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	
14/02/2015	03/03/2015	20	Funcionat	2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SÃO LUÍS (1194)	JOSÉ RIBAMAR GOULART HELLY JUNIOR (3688)
09/12/2014	09/12/2014	1	Cumulação/variante	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS (1179)	OSMAR GOMES DOS SANTOS (12162)
09/12/2014	18/12/2014	10	Funcionat	2ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE SÃO LUÍS (1192)	SUELY DE OLIVEIRA SANTOS REFOA (2035)
09/12/2014	18/12/2014	10	Funcionat	2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SÃO LUÍS (1194)	
04/08/2014	15/08/2014	12	Funcionat	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	
14/06/2014	14/06/2014	1	Responder	CONTRA A MULHER DE SÃO LUÍS (1194)	MÁRIA DO SOCORRO MENDONÇA CARMELO (2002)
01/01/2014	01/01/2014	30	Responder	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	PATRICIA MARQUES BARBOSA (1108)
28/12/2013	28/12/2013	1	Responder	PLANTÃO JUDICIÁRIO (1179)	ANTONIO FERNANDO DOS SANTOS MACHADO (19999)
29/12/2013	01/01/2014	19	Responder	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	ORIANA GOMES (1993)
13/12/2013	15/12/2013	3	Cumulação/variante	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS (1179)	RAIMUNDO NONATO NEVES FERREIRA (2007)
13/12/2013	20/12/2013	8	Responder	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS (1179)	CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VELLOSO (2007)
08/12/2013	12/12/2013	5	Responder	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS (1179)	RAIMUNDO NONATO NEVES FERREIRA (2007)
02/12/2013	31/12/2013	30	Responder	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS (1522)	TYRONE JOSÉ SILVA (1824)
01/07/2013	01/07/2013	1	Funcionat	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	
28/06/2013	28/06/2013	1	Cumulação/variante	2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SÃO LUÍS (1194)	NELSON MELO DE MORAES REGO (2707)
22/06/2013	04/08/2013	46	Responder	2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SÃO LUÍS (1130)	
17/06/2013	21/06/2013	5	Responder	2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SÃO LUÍS (1130)	JAQUELINE REIS CARACAS (1966)
18/06/2013	14/06/2013	5	Cumulação/variante	2ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE SÃO LUÍS (1192)	MÁRIA IZABEL PADILHA (1892)
07/06/2013	11/06/2013	5	Responder	2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SÃO LUÍS (1130)	
09/06/2013	09/06/2013	1	Funcionat	2ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE SÃO LUÍS (1192)	
17/05/2013	17/05/2013	1	Funcionat	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE SÃO LUÍS (1192)	JOSÉ RIBAMAR GOULART HELLY JUNIOR (3688)
30/04/2013	05/05/2013	6	Responder	4ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1232)	
26/04/2013	30/04/2013	5	Funcionat	2ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE SÃO LUÍS (1192)	
26/04/2013	26/04/2013	1	Funcionat	2ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE SÃO LUÍS (1192)	
09/04/2013	15/04/2013	7	Responder	2ª VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS E PENAS ALTERNATIVAS (1975)	EDMAR FERNANDO MENDONÇA DE SOUSA (2042)
09/01/2013	16/01/2013	7	Responder	DIRETORIA DO FORUM DA COMARCA DE PACO D'OLIMARIA (1125)	JAQUELINE REIS CARACAS (1966)
Data Inicial	Data Final	Dias	Tipo	Lotação	Substituto
18/01/2013	06/02/2013	20	Responder	2ª VARA DE PACO D'OLIMARIA (1125)	JAQUELINE REIS CARACAS (1966)
19/01/2013	20/01/2013	2	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	JOSÉ GONÇALVES DE SOUSA FILHO (12929)
03/07/2012	31/07/2012	30	Responder	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	RAIMUNDO NEVES FERREIRA (2007)
13/06/2012	24/06/2012	12	Funcionat	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	SILVIA DE GOUVEIA FARIAS MACHADO (1812)
09/05/2012	16/05/2012	8	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	SILVIA DE GOUVEIA FARIAS MACHADO (1812)
18/04/2012	17/05/2012	30	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	ANTONIO MANOEL ARAUJO VELLOSO (2009)
17/04/2012	24/04/2012	8	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	ANTONIO MANOEL ARAUJO VELLOSO (2009)
01/12/2010	01/12/2010	36	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	ANTONIO MANOEL ARAUJO VELLOSO (2009)
01/09/2010	11/09/2010	10	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	ANTONIO MANOEL ARAUJO VELLOSO (2009)
02/08/2010	11/08/2010	10	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	ANTONIO MANOEL ARAUJO VELLOSO (2009)
03/08/2010	07/08/2010	5	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	ANTONIO MANOEL ARAUJO VELLOSO (2009)
26/04/2010	30/04/2010	5	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	ANTONIO MANOEL ARAUJO VELLOSO (2009)
01/07/2009	30/07/2009	30	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	ANTONIO MANOEL ARAUJO VELLOSO (2009)
1/01/07/2009	30/07/2009	30	Cumulação/variante	2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS (1193)	ANTONIO MANOEL ARAUJO VELLOSO (2009)

Os documentos colacionados também permitem constatar que o Corregedor que antecedeu a Desembargadora processada (2012/2013) já havia designado o



magistrado para a mesma **5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís/MA** no período de 13/12/2013 a 15/12/2013 (ID. 3525607, p. 33):

PORTARIA-CGJ - 47112013
Código de validação: DCC2E2C9

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

DESIGNAR o Juiz de Direito CLÉSIO COELHO CUNHA, auxiliar de entrada final, matrícula nº 051284, para responder cumulativamente pela **5ª Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís**, durante o afastamento do Juiz de Direito RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA, no período de 13/12/2013 a 15/12/2013.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 11 de dezembro de 2013.

Desembargador **CLEONES CARVALHO CUNHA**
Corregedor-geral da Justiça

Dos depoimentos prestados, detecta-se, ainda, que o Dr. Clésio Cunha acabava sendo escolhido para essas designações, porque era considerado um magistrado produtivo e porque, à época, havia uma carência de juízes disponíveis para essa função (Ids. 4284261, 4284310, 4284311, 4284366, 4284367 e 4353958):

João Francisco: Em 2015 a carência era grande. Até hoje... Eu mesmo fui coordenador do juizado. Era maior dificuldade de indicar colega para substituir outro juiz que saísse de férias. As vezes um único juiz passa a responder por diversas varas... 2, até 3 varas. O corregedor fica sempre atrapalhado quando ele não tem colegas a disposição ou quando designa um que já tá respondendo por uma vara, um juizado, enfim... essa é a situação. Eu acho que foi essa a situação.



Desembargadora Maria Francisca: Nós tínhamos um déficit de Juízes auxiliares né em 2014. Em 2014 nós tínhamos 36 juízes auxiliares, foram criados esse Núcleo para cuidar só de processo penitenciário e depois foi criado núcleo diante de falta de 70 comarcas sem juízes e muita reclamação, foi feito juízes para cuidar só de processo, era o Estante Vazia que depois virou o Núcleo Sentenciante onde conseguimos julgar mais de 14 mil processos num período de menos de um ano e pouco. Então era um período de grande dificuldade porque tinha colega que tinha férias para gozar, licença e o Dr Clésio, Cristiane Ferraz, Gilmar era Sempre disponível quando a gente precisava.

[...]

Dentre eles, alguns vieram da capital, que eram juízes auxiliares, ficando poucos juízes, nesse período, livres para funcionar ou responder por férias ou licença de qualquer um dos colegas. E o Clésio sempre era disponível a responder em qualquer vara ou até nos termos da Grande Ilha. (...) O Doutor Clésio veio para São Luís em junho de 2012, à época o Desembargador Cleones era juiz-corregedor, quando nesse período que ele veio para São Luís ele respondeu em mais de 20 varas da capital e São

José de Ribamar. Quando a desembargadora Nelma assumiu a corregedoria, ele respondeu por mais de 26 varas, independente se era cível, criminal, violência doméstica, fazenda pública, sempre estava disponível a trabalhar e foi nomeado para tirar férias do então colega da 5ª Vara Cível da Vara da Fazenda, Dr. João São Francisco e também já tinha trabalhado anteriormente nessa vara no período que eu não lembro muito bem, mas ele trabalhou também.

Juíza Oriana Gomes: [...] eu mesma não era a juíza que cuidava dessa parte dos juízes, mas toda vez que alguém telefonava, como eu sou muito conhecida na cidade, e reclamava, eu dizia assim: vamos chamar Clésio. Ele era muito operante e trabalhava em todas as varas. Eu me lembro muito que eu mesma pedi várias vezes para ela coloca-lo na 3ª Vara Cível, não sei se ele se lembra, tinha muito processo, 11 mil processos e a gente pedia toda vez para a Desembargadora colocar a comissão sentenciante e também Dr. Clésio.

[...]

Olha, 2014, 2015 sempre teve déficit de juízes. [...] Quando nós assumimos, acho que 20 de dezembro de 2013, foi com ônibus pegando fogo, uma briga muito grande na comunidade. [...]

Servidor Rômulo Oliveira: Não, no geral, no geral, ele movimentou muito a vara, sim. Sentenciou, despachou, decidiu vários processos. Foi um tempo bem dinâmico, para falar a verdade.

Afiguram-se igualmente elucidativas, as informações apresentadas pela então Juíza Auxiliar da Corregedoria do TJMA (biênio 2014/2015), e hoje Desembargadora, Maria Francisca Gualberto de Galiza, que era a responsável por analisar os nomes dos magistrados disponíveis antes de submetê-los à ratificação da então Corregedora (Desembargadora Nelma Sarney) (Id. 3525506). Segundo afirmou a magistrada, não



houve nenhum pedido da processada para designação do Juiz Clésio Coelho Cunha para aquela unidade, tampouco procedimento diverso do que era empregado para a seleção dos demais magistrados (Id. 4284312):

Conselheiro Relator: (...) Eu gostaria de perguntar a senhora o seguinte: a senhora que pegou o nome do Dr. Clésio na época e colocou lá na portaria de designação ou foi a Desembargadora Nelma que pegou o nome dele e deu para a senhora colocar na portaria de designação?

Desembargadora Maria Francisca: Não senhor, todas as vezes que tinha para nomear juiz, como falei para o senhor da dificuldade que nós tínhamos, o Dr. Clésio sempre era disponível e eu que nomeava porque não tinha juiz lá. Eu levava, desembargadora aqui e tal, entendeu?! Ela nunca me pedia "ah, Clésio vai ficar para isso". A gente nunca ligou "você vai ter esse aqui".

Conselheiro Relator: Mas a senhora fazia uma sugestão? Nessa vaga eu sugiro que seja o Dr. Fulano e ela sempre escutava a Sra.?

Desembargadora Maria Francisca: Não, a gente fazia assim "desembargadora quem tá disponível é fulano, fulano e fulano, às vezes não dava, não tinha como porque tinha juiz de férias, tinha juiz que tava na Comarca de São José do Ribamar. Eu levava e dizia desembargadora só tem esse juiz aqui pra responder no momento, não tinha outra saída, tinha que botar o juiz.

Conselheiro Relator: Então a Sra. Levou o nome do Dr. Clésio e ela concordou com o nome porque era a opção que tinha ali no momento.

Desembargadora Maria Francisca: É, eu não lembro mais porque foi em 2014 né, porque a maior parte dos colegas, dos 36, ou estavam no núcleo sentenciante, outros estariam respondendo por Ribamar, Paço do Lumiar ou Raposa, e Dr. Clésio acho que estaria também funcionando em alguma outra vara, não lembro mais, cumulativamente, sempre ele tava e não tinha outra opção de colega.

Conselheiro Relator: Muito bem então, quer dizer, foi um encaixe possível a designação do Dr. Clésio naquela vara, foi isso?

Desembargadora Maria Francisca: Sim, não teve pedido do Dr. Clésio nem de ninguém não, tanto é que ele ficou uns 2/3 meses e já tinha respondido em 2014 por determinados dias, ele respondeu em todas as outras administrações e corregedores. Ele trabalhou em várias varas, inclusive na quinta vara.

Por fim, corrobora esses relatos, o depoimento prestado pelo magistrado Mário Márcio de Almeida Souza, que asseverou que, na prática, não era possível efetivar o provimento que estabelece a ordem de preferência de juízes na substituição, e que assegurou que até hoje ainda não se mostra viável concretizá-lo (Id. 4284392):



Juiz Mário Márcio: O que ocorre é o seguinte, na gestão da desembargadora Nelma não me recordo se de ofício ou acatando pedido da Associação ela baixou um provimento estabelecendo que os juízes poderiam indicar matérias afins para poder atuar, mas isso dificilmente conseguia porque era muito pequeno o número de juízes, então era só um caminho, um norte. Se V. Exa. me permitir eu dou um exemplo, hoje mesmo saiu uma lista de substituição que foi inclusive iniciada na gestão do desembargador Marcelo que é um norte da corregedoria, mas eu por exemplo há 2 semanas fui indicado pra uma unidade que eu não era nem o substituo dela, não figurava nem entre os 3 ou 4 primeiros, não tinha juiz, não designaram, e ainda estou lá inclusive.

Diante de todo esse quadro, é forçoso convir que os elementos de prova não se mostram capazes de confirmar a ocorrência da imputação – designação do Juiz Clésio Coelho Cunha para responder pela 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís/MA com o fim de obter sentença favorável a José Mauro Barbosa Arouche – e que, estando a conduta desacompanhada de suporte probatório, há de se concluir por sua improcedência, já que “a não convergência das provas afasta a certeza do cometimento da falta funcional imputada” (Processo Administrativo Disciplinar – 0006035 49.2013.2.00.0000, Rel. Iracema do Vale, 271ª Sessão Ordinária, julgado em 08/05/2018) e que o juízo censório não pode decorrer de meras inferências.

b) Do conhecimento e deferimento de medida liminar em mandado de segurança impetrado por José Mauro Barbosa Arouche, fora das hipóteses passíveis de apreciação durante o plantão judiciário, com a finalidade de manter a sentença aparentemente obtida por meio de sua influência

Seguindo no exame das imputações e debruçando-se sobre a conduta referente ao conhecimento e deferimento de medida liminar em mandado de segurança durante o plantão judiciário, observa-se cenário substancialmente diverso. Agora, não é mais a escassez de provas que ressoa nos autos, mas, sim, um **conjunto probatório contundente** a demonstrar a atuação da processada no sentido de favorecer o seu ex-assessor.

Fazendo uma breve digressão sobre o caso, rememoro que, após ser designado para a 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís em agosto 2015 (Id. 3525541), o Juiz Clésio Coelho Cunha apreciou o mérito da Ação Ordinária 9.793/2014, proposta por José Mauro Barbosa Arouche, e atribuiu-lhe os 5 pontos necessários à aprovação (Id. 3525485). Transitada em julgada essa sentença (2/10/2015), a Corte Maranhense outorgou ao candidato a serventia extrajudicial de Buriticupu/MA (Id. 3525485, p. 7).

Também lembro que a Associação de Titulares de Cartórios do Maranhão



(ATC/MA) não se conformou com a situação e propôs, em 23/2/2016, ação rescisória com pedido de efeito suspensivo, buscando rescindir a aludida sentença e garantir que a serventia outorgada figurasse na relação geral de vacância destinada ao próximo certame.

Já o relator da mencionada ação, Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, embora tenha negado o pedido liminar em um primeiro momento, decidiu refluir de seu entendimento e dar provimento ao Agravo Regimental 12.022/2016 interposto por aquela Associação, **para reconsiderar a sua decisão e determinar a suspensão dos efeitos da sentença objeto da ação rescisória (sentença proferida pelo Juiz Clésio Cunha) e do ato da Presidência do TJMA, que concedeu a outorga do cartório a José Mauro Barbosa Arouche** (Id. 3525607, p. 13 a 16). Referida decisão foi proferida no dia 29/3/2016, mas considerada publicada no dia **1º/4/2016**^[3]:

Quinta-Feira, 31 de Março de 2016.

✓ ÀS 14:05:39 - Remetidos os Autos destino GAB. DES. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA; motivo_da_remissa CONCLUSÃO - GAB. DES. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA
CONCLUSÃO
✓ ÀS 14:05:39 - Conclusos para tipo_de_conclusao desembargador Relator; destino GAB. DES. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA
✓ ÀS 14:04:42 - Juntada de Petição de Tipo: tipo_de_peticao Petição (outras); número da petição 0144612016 - TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
Solicitante: JOSÉ MAURO BARBOSA AROUCHE CONCESSAO DE PRAZO.
✓ ÀS 11:41:10 - Publicado ato_publicado Decisão; data 01/04/2016 00:00:00 - COORDENADORIA DO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Movimentado pelo servidor a partir do DJE. Data: 29/03/2016. Id do diário: 2157. Edição número: 58. Ano: 2016. Data de Disponibilização: 31/03/2016
Data de Publicação: 01/04/2016. De acordo com a Lei nº. 11.419/2006, Art. 4º, §§ 3º e 4º. (id_materia:2455808)

Como o resultado de todo esse imbróglio seria o seu afastamento da titularidade daquela serventia, José Mauro Barbosa Arouche correu para impedir a desventura, interpondo o Agravo Interno 0001405-62.2016.8.10.0000 no próprio dia **1º/4/2016, às 17h38:**

Agravo interno^[4]



Poder Judiciário do Estado do Maranhão
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Consulta realizada em: 27/04/2023 18:49:39
Segundo Grau
Consulta Processual


Dados Gerais do Processo	
Nº Único:	0001405-62.2016.8.10.0000
Número:	0150642016
Data de Abertura:	01/04/2016 17:38:16
Natureza:	CÍVEL ORIGINÁRIO
Classe:	PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO Recursos Agravos Agravo Interno Cível

Mas o prenúncio da perda dos seus rendimentos fez com que o candidato não parasse por aí. No fim daquele mesmo dia (**sexta-feira, 1º/4/2016, às 21h28**), impetrou o Mandado de Segurança 0002565-25.2016.8.10.0000, que fora distribuído à



Desembargadora plantonista, Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa:

Mandado de Segurança^[5]



Poder Judiciário do Estado do Maranhão
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Consulta realizada em: 27/04/2023 19:18:35
Segundo Grau
Consulta Processual

Dados Gerais do Processo	
Nº Único:	000256-5-25.2016.8.10.0000
Número:	0150712016
Data de Abertura:	01/04/2016 21:28:18
Natureza:	CÍVEL INCIDENTAL
Classe:	PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO Processo de Conhecimento Procedimento de Conhecimento Procedimentos Especiais Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos <u>Mandado de Segurança Cível</u>
Data:	2016-04-01 21:28:00
Câmara:	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
Relator(a):	NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

Foi, então, esse *writ* que, ao fim e ao cabo, permitiu que o seu projeto de estar à frente de uma serventia extrajudicial alcançasse, mais uma vez, o sucesso. Ocorre, entretanto, que todo esse “êxito” do candidato não resiste a um exame mais detalhado dos fatos, nem à evidência da atuação ilegítima da processada.

Com efeito, da análise do arcabouço probatório, percebe-se que toda a trama começa a ruir pela afortunada “coincidência” entre a data de impetração do *writ* e a escalação da Desembargadora Nelma Sarney como plantonista. Isto porque, como o TJMA divulgou a escala de plantonistas com antecedência, vê-se que, desde 22/3/2016^[6], já era possível saber que a responsável pelo plantão judiciário de 2º grau do dia 2/4/2016 (sábado) seria a referida magistrada:



COMUNICADO

Conforme ESCALA Nº. 02, do Plantão de 2º Grau, informamos o Desembargador plantonista do período de **28.03 a 03.04.2016**.

PERÍODO	DESEMBARGADOR	Servidor	Oficial de Justiça
28.03 a 03.04.2016	Desa. NELMA CELESTE S.S. SARNEY COSTA	José de Jesus Costa	Vânia de O. Cavalcante

São Luís – MA, **22 de março de 2016**.

Denyse Reis Batista
Diretora judiciária

Prosseguindo no encalço das provas, fica claro, outrossim, que somente o fato de conhecer a plantonista de longa data não seria suficiente para conferir ao ex-assessor um percurso diferenciado e exitoso rumo ao seu intento. Era preciso uma contrapartida da magistrada.

Necessitava o então delegatário que a plantonista estivesse determinada a violar os cânones constitucionais e legais que foram instituídos com a finalidade de assegurar a imparcialidade de um magistrado e, em última *ratio*, a própria isonomia prescrita pela Lei Maior, para lhe ajudar. Esses atributos ele encontrou na Desembargadora processada.

Efetivamente, evidenciam os autos que **boa parte da jornada percorrida por José Mauro Barbosa Arouche entre provas e medidas administrativas/judiciais propostas contra o concurso foi vivenciada sob a chefia da magistrada**, já que a trajetória do candidato no certame se iniciou em 2008 e que, de 2001 a 2014, integrou a equipe de assessores da Desembargadora Nelma Sarney (Id. 4284236).

Também revela o interrogatório da magistrada **que ela tinha conhecimento da situação do candidato no concurso, a qual classificou como sofrida** (Id. 4284412, 2'38"):

[Desembargadora]: Quanto ao Dr. Mauro, eu também não tenho nenhuma amizade íntima, embora o conheça há bastante tempo. **Sei da sua luta, do seu sofrimento todo em relação a esse concurso, que foi o primeiro concurso para essa atividade notarial realizado pelo tribunal de justiça. Ele é desse primeiro concurso, mas ele não é meu amigo íntimo.** (grifos nossos)



As informações prestadas pela Desembargadora Nelma Sarney dão, igualmente, conta de que **ela detinha a informação de que era José Mauro Barbosa Arouche o impetrante do mandado de segurança:**

[Então Relator]: Eu gostaria de indagar especificamente a respeito da questão, da sua liminar no mandado de segurança.

A primeira indagação específica é se a senhora tinha ciência de que era um caso de interesse do seu ex-assessor José Mauro Barbosa Arouche? (Id. 4284415, 1'24")

[Desembargadora]: **Depois, depois que eu vi, depois que eu já tinha uma ideia, um dos assessores chegou para mim e disse assim “esse mandado de segurança diz respeito a um agravo porque a parte não foi chamada aos autos para se manifestar, na forma da regra” [...] Eu não me dei por suspeita quando eu vi que era Mauro, porque fazia mais de dois anos que eu não via Mauro e eu vi que era uma questão absolutamente técnica. (Id. 4284415, 1'24")** (grifos nossos)

O panorama, portanto, que avulta dessas evidências é o de uma magistrada conhecedora de todo o contexto do seu ex-assessor no certame e consciente de que este, novamente, buscava emplacar o seu *modus operandi*: obter medida judicial que lhe assegurasse a titularidade do cartório. Cabia-lhe, então, decidir entre os preceitos que jurou cumprir e o futuro de José Mauro Barbosa Arouche.

Deste modo, sem hesitar e sem preocupar com eventuais questionamentos sobre sua imparcialidade ou, ainda, com consequências de ordem disciplinar, a Desembargadora Nelma Sarney avançou no exame do *writ* e aproveitou a oportunidade para dar um possível alento à “ádua” jornada de seu ex-assessor, do qual claramente se compadecia.

Valendo-se, pois, da autoridade do cargo e fiando-se no suposto uso indevido da ação rescisória, na alegada ilegitimidade da requerente e, sobretudo, no risco do provimento sobre o sustento do impetrante, a requerida suspendeu os efeitos da decisão atacada, assegurando a permanência de José Mauro na serventia. Veja-se trecho da decisão proferida pela magistrada (Id. 3525645, p. 33 e 34):

Em verdade, a Associação ficou inerte no transcurso de toda Ação Originária e, após o trânsito em julgado da decisão, **busca rediscutir a matéria por instrumento processual inidôneo, como se a Ação Rescisória pudesse ser manejada como sucedâneo recursal com prazo dilatado, o que é impossível juridicamente.**

[...]



Em verdade o *periculum in mora* se mostra inverso, eis que a **decisão ora impugnada se efetivada retirará da função exercida no Cartório de [Buriticupu](#) o ora Impetrante, que desta atividade retira o seu sustento e que é uma situação jurídica consolidada por uma decisão judicial transitada em julgado e que o ora impetrante encontra-se no desempenho de suas funções desde o final do ano passado e que participou de um concurso público para provimento de serventias extrajudiciais realizado há oito anos atrás.**

Interessante trazer à colação, fato público e notório consistente na situação de outros notários, como o Sr. Aurino da Rocha Luz e Benito Pereira da Silva Filho que por também terem sido aprovados por decisão judicial transitada em julgado, constam com serventias escolhidas e constantes de lista do próprio Tribunal de Justiça, na condição de *subjudice*. **Neste ponto, tais candidatos aprovados encontraram seus direitos resguardados, ao contrário do ora Impetrante, que se cumprida a decisão ora atacada ficaria automaticamente desempregado.**

Por fim, ainda **há forte fundamentação apta a ensejar a declaração da ilegitimidade ativa da associação autora da Ação Rescisória, que é a possibilidade de intervir somente em processos que busquem resguardar direitos que tenham relação com os fins institucionais da entidade.**

[...]

Ante o exposto, defiro a liminar pleiteada para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, no bojo do Agravo Regimental nº 12.022/2016.

Intime-se imediatamente a autoridade apontada como coatora. (grifos nossos)

E assim agiu, ignorando solenemente que todo o contexto que envolvia o mandado de segurança era desfavorável à concessão da cautelar e ao próprio conhecimento daquela ação mandamental, porquanto **contrário às diretrizes da Resolução CNJ 71/2009^[7] e aos princípios do juiz natural, do devido processo legal e da imparcialidade (Constituição Federal).**

Decerto, seguros são os elementos de prova que revelam que além de não estar presente a urgência necessária para que o pedido liminar fosse formulado e analisado durante o plantão judiciário (art. 1º da Resolução CNJ 71/2009), a autoridade tida como coatora era um membro do tribunal (Desembargador) não submetido à competência jurisdicional da plantonista (art. 1º, I, da Resolução CNJ 71/2009) e o MS estava em notória contrariedade à lei que disciplina o mandado de segurança (Lei 12.016/2009), pois impetrado contra decisão judicial da qual cabia recurso com efeito suspensivo^[8].



Ou seja, laborou a magistrada, desconsiderando que a imposição de um universo restrito de matérias sujeitas à apreciação no plantão judiciário tem justamente o propósito de evitar que as partes se utilizem dessa atuação ininterrupta do Judiciário para manipularem a distribuição de feitos e escolherem o seu julgador.

Não por outra razão, ao examinar a constitucionalidade da Resolução CNJ 71/2009, a Suprema Corte fez questão de assentar que as balizas ali presentes foram instituídas para servirem “**como elemento de controle efetivo sobre a atuação jurisdicional no regime de plantão, prevenindo burla ao sistema de distribuição dos pedidos de tutela de urgência nos tribunais, em reforço ao princípio do juiz natural**” (ADI 4410, Relator(a): Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2020).

É dizer: ainda que a parte tente se beneficiar por conhecer o magistrado (como visto no presente caso) e que o julgador não se reconheça suspeito ou não esteja enquadrado em uma das hipóteses de impedimento, a autoridade judiciária permanece obrigada a cumprir as regras da Resolução CNJ 71/2009, para evitar que a sua atuação como plantonista possa se revelar parcial e violadora do juiz natural. Comandos que, devido à sua relevância, também estavam reproduzidos no Regimento Interno Corte da Corte Maranhense.

In casu, contudo, além de a magistrada ter sido resoluta na desconsideração de todo esse plexo de normas que evidenciavam a necessidade de urgência na demanda e a sua patente [incompetência sobre a autoridade coatora](#) (um Desembargador), prosseguiu como se bastasse sustentar a suposta **teratologia da decisão impugnada** (alegado descumprimento de regras processuais), para defender o conhecimento do *writ*.

Sucede que, ainda que tivesse razão quanto à ilegitimidade do ato atacado, não seria com a violação das normas de regência (Lei 12.016/2009) que a magistrada resolveria o caso, tampouco com afronta à Súmula 267 do STF, segundo a qual “*não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção*”, ou, ainda, com ofensa a entendimento daquela Corte, de que não basta a mera alegação de teratologia para justificar a utilização da ação constitucional:

EMENTA AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

1. Não cabe mandado de segurança contra ato revestido de conteúdo jurisdicional, salvo se configurada flagrante ilegalidade ou teratologia. Precedentes.
2. Inexiste teratologia em juízo negativo de admissibilidade de recurso especial se a decisão está devidamente fundamentada e foi formalizada em conformidade com a jurisprudência.
3. **É inviável a utilização da via mandamental como**



sucedâneo de recurso, objetivando-se a revisão de juízo de admissibilidade recursal. Precedentes. 4. Agravo interno desprovido.

Voto

[...] Excepcionalmente, admite-se, diante da presença concomitante das seguintes circunstâncias: (i) **inexistência de meio recursal apto a reverter a decisão judicial desfavorável**; (ii) ausência de trânsito em julgado, consoante art. 5º, III, da Lei n. 12.016/09 e (iii) comprovada inequívoca teratologia ou ilegalidade da decisão judicial. [...] (grifos nossos)

(RMS 38211 AgR, Relator(a): Nunes Marques, Segunda Turma, julgado em 06/06/2022)

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL A RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE VENCIDA COM O RESULTADO DO JULGAMENTO. O cabimento de mandado de segurança contra ato jurisdicional é hipótese excepcionalíssima e limitada a situação de flagrante teratologia, não verificável no caso. **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é reiterada no sentido de que o princípio da ampla defesa não pode justificar o abuso no direito de recorrer diante do mero inconformismo da parte com resultado de julgamento desfavorável.** Agravo regimental conhecido e não provido. (grifos nossos)

(MS 32714 AgR, Relator(a): Rosa Weber, Tribunal Pleno, julgado em 11/09/2014)

Como consignou o Plenário do CNJ, a independência funcional dos magistrados (art. 41 da LOMAN) é prerrogativa que não possui caráter absoluto, nem desobriga os magistrados do compromisso de cumprirem os preceitos que devem dirigir a sua atuação.

Daí por que é inegável a teratologia de uma medida liminar que, a despeito de todas as balizas legais e constitucionais em sentido contrário, **revela notória parcialidade e favoritismo**, ao assegurar que um ex-assessor permaneça à frente de uma serventia que lhe garantia consideráveis cifras, por acumular^[9] as atribuições de Notas, Protesto de Títulos, Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas; Registro de Imóveis; Registro de Títulos e Documentos e Cíveis das Pessoas Jurídicas:



Dados do Justiça Aberta

Período	Atos praticados	+ Arrecadação
• De 01/07/2015 até 31/12/2015	32.083	R\$ 829.171,50
• De 01/01/2016 até 30/06/2016	36.794	R\$ 642.273,55

E nem se diga, como procurou fazer a defesa da processada, que o fato de o MS ter sido extinto na sequência, pelo relator designado, lhe favoreceria. Pelo contrário, o exame da decisão de extinção reforça ainda mais a teratologia da medida liminar concedida, porquanto evidencia que a extinção do MS estava lastreada na existência de recurso já interposto e na impossibilidade de se utilizar o mandado de segurança como sucedâneo do recurso legalmente cabível:

Ocorre **que o Código de Processo Civil é claro ao prever o cabimento de agravo interno contra a decisão do relator, in verbis:**

"Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal."

A bem de ver, **verifico do protocolo reprografado à fl. 42 (vol. I) que o impetrante interpôs o Agravo Interno nº 15.064/2016 contra a mesma decisão impugnada pela vertente ação constitucional. De se constatar das respectivas razões recursais (cópia fls. 43-59; vol. I) que estas reproduzem os fundamentos da presente impetração.**

Destarte, **tem-se que o presente writ está sendo utilizado, porém inadequadamente, como sucedâneo recursal, razão pela qual padece de vício insanável, devendo, portanto, ter indeferida sua petição inicial.**

A respeito do tema, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado, expressado no enunciado de nº 267, segundo o qual "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção".

O Superior Tribunal de Justiça também é uníssono no sentido de que "o mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo do recurso legalmente cabível, sendo medida excepcional e extrema, admissível somente em casos de ilegalidade ou abuso de poder, por parte do prolator do ato processual impugnado, a teor do que dispõe a Súmula n. 267/STF" (AgRg no RMS 43.531/MT, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, j. 17.09.2013, DJe 26.09.2013).



[...]

Ante o exposto, **considerando que o presente mandado de segurança foi impetrado como verdadeiro sucedâneo recursal, com base no art. 485, I, do CPC[1] c/c art. 10 da Lei nº 12.016/2009[2], indefiro a petição inicial e, por consequência, extingo o processo sem resolução de mérito.**

Sem custas face à isenção legal.

Publique-se, registre-se e, uma vez certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e archive-se.

Cumpra-se.

São Luís, MA, 20 de maio de 2016.

Desembargador Vicente de Castro

Relator (grifos nossos)

Bem por isso, por qualquer ótica que se analise o fato, verifica-se que, mesmo não comprovada a amizade entre a Desembargadora e José Mauro Barbosa Arouche (conduta anterior), é certo que a intenção da processada com a concessão da medida liminar naquele mandado de segurança era uma só: possibilitar que o seu ex-assessor continuasse à frente da serventia, pois, nas palavras da própria magistrada, essa era a garantia do seu “sustento”.

Disso se extrai que, para aquela autoridade judiciária, o interesse público – que deveria nortear a sua função – mostra-se capaz de sucumbir quando confrontado com o desejo de favorecer o interesse particular de seu ex-assessor. E mais que isso, que considera que a jurisdição pode ficar condicionada ao seu alvedrio, independentemente dos comandos contrários da Lei Maior e da repercussão negativa desse seu agir para a imagem do Poder Judiciário.

Constatações que, embora reconhecidamente impactantes, não chegaram a ser rechaçadas ou fragilizadas pela processada em seu interrogatório, quando se apresentou nitidamente evasiva:

[Então Relator]: Eu gostaria só de lhe indagar o seguinte (Id. 4284466, 2'), a matéria tratada no no mandado de segurança pelo seu ex-assessor, segundo a portaria inaugural aqui deste PAD não dizia, não tinha relação com as matérias listadas dentre aquelas consideradas urgentes e passíveis de apreciação durante o plantão judiciário [...]. **Então, eu lhe indago, não fazendo parte do rol de medidas urgentes passíveis de apreciação em plantão, por que razão que a senhora teria decidido, deferido essa liminar em plantão?** (Id. 4284466, 3'3"),



[Desembargadora]: Vou lhe responder...

Não, acho que essa, essa, essa regra foi que ampliou, né?

Porque essa, essa, essa questão dos feitos no plantão, ela foi ampliada posteriormente, mas naquele caso e naquele momento, o que eu observei é que ele tinha, tava, teria, iria sair do cartório com a liminar do Desembargador Lourival, ele iria sair do cartório, né?!

Então, havia um *periculum in mora* como matéria processual.

Foi o que eu visualizei no momento, mas eu acho que, que... esse rol de.... foi ampliado posteriormente de matérias...afetas ao plantão (Id. 4284466, 3'6", e 4284467)

[Então Relator]: Então, na época, não fazia parte do rol de matérias que pudessem ser apreciadas, posteriormente é que veio a ser. É isso que a senhora quer dizer para mim? (Id. 4284467, 40")

[Desembargadora]: Acho que sim. Eu estou tentando localizar aqui a minha decisão. Só um minutinho aí, por favor. (Id. 4284467, 50")

[Então Relator]: Ok (Id. 4284467, 1')

[Desembargadora]: Porque é, sim, agora me lembrei... (Id. 4284467, 1'16")

Silêncio

[Então Relator]: Desembargadora Nelma (Id. 4284467, 1'40")

[Então Relator]: Desembargadora Nelma (Id. 4284467, 1'43")

[Desembargadora]: Diga, Conselheiro.

[Então Relator]: Veja bem, essa é uma questão mais técnica, talvez tenhamos uma explicação do seu advogado, não há necessidade de a senhora responder a essa indagação [...] a não ser que a senhora queira fazer essa explicação para nós, porque, na verdade, a senhora tem uma defesa técnica aí que poderá exatamente lhe assessorar, mas não agora na hora de seu interrogatório, mas, sim, posteriormente, quando das alegações finais [...] Ficaria confortável para a senhora dessa maneira? (Id. 4284467, 1'46")

[Desembargadora]: Sim, sim, porque eu estou procurando aqui e não estou conseguindo localizar (Id. 4284467, 3'3") (grifos nossos)

A toda evidência, o enredo dos fatos, amparado na prova produzida, revela que houve a influência de elementos externos no processo decisório da Desembargadora Nelma Sarney, circunstância que afasta a tese de incidência do princípio do livre convencimento e impõe a atuação disciplinar deste órgão de controle.

De maneira clara, a decisão proferida pela magistrada não decorreu de raciocínio pautado puramente no conflito de interesses deduzido no mandado de



segurança. É evidente, repita-se, que a Desembargadora processada, imbuída do propósito de favorecer o seu ex-assessor, transgrediu normas elementares da atuação no plantão e deferiu tutela provisória de urgência com absoluta parcialidade.

À vista, portanto, de todos esses elementos, não há outra convicção, senão pela **procedência da imputação**, visto que claramente violados os deveres de cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições e os atos de ofício; de manter conduta irrepreensível na vida pública e particular; bem como de observar as regras de imparcialidade, prudência e isonomia (arts. 35, I e VIII, da LOMAN e arts. 8º, 24 e 37 do Código de Ética da Magistratura).

2 – Da conduta do Juiz de Direito Clésio Coelho Cunha

Segundo a portaria de instauração, a falta disciplinar cometida pelo magistrado Clésio Coelho Cunha teria sido a seleção de processo proposto por José Mauro Barbosa Arouche, em atendimento a pedido da Desembargadora Nelma Sarney e em detrimento de outros feitos que tramitavam por tempo superior, com o objetivo de acolher a tese defendida pelo autor e garantir, assim, o sucesso deste no certame.

Com o intuito de assegurar esse êxito, teria, ainda, simulado o cumprimento da jurisprudência dominante sobre a matéria e deixado de submeter a sentença ao duplo grau de jurisdição (remessa necessária), para facilitar o trânsito em julgado.

Cuida-se, como se vê, de conduta que, na mesma linha da empreendida pela processada, teria inclinação parcial, a revelar o uso da jurisdição para atender interesse de terceiro.

Ocorre que, ao contrário do que revelaram os elementos de prova em relação ao proceder da magistrada, o que sobressai da atuação do Juiz é o mero exercício da atividade jurisdicional, cujo *“acerto ou desacerto do mérito da decisão judicial nesta esfera de controle administrativo, importaria em evidente violação à independência funcional do magistrado”* (Reclamação Disciplinar - 0006354-70.2020.2.00.0000 - Rel. Richard Pae Kim - 62ª Sessão Extraordinária - julgado em 14/06/2022).

Conforme já mencionado, a suposta falta praticada pelo magistrado estaria relacionada à sua atuação na 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís/MA, uma vez que, após ter sido designado para responder por aquela unidade em março de 2014 (IDs. 3525541 e 4397655), concedeu a medida liminar pleiteada por José Mauro Barbosa Arouche na Ação Ordinária 9.793/2014, para determinar à comissão do concurso que reapreciasse as questões do autor (ID. 3525485, p. 23).

Já, em agosto de 2015, com a superveniência da segunda designação, o magistrado voltou a apreciar o feito, tendo, nesta oportunidade, examinado o mérito da ação, que reconheceu a aprovação do candidato (Id. 3525541).



Rememorado esse cenário, deve ser afastada, de pronto, a tese de que o magistrado teria assim agido a pedido da Desembargadora Nelma Sarney, porquanto não há, como já registrado, lastro probatório sólido a confirmá-la.

De igual modo, não há elementos de prova que confirmem que a apreciação do feito tenha se dado em prejuízo de processos mais antigos da vara, uma vez que a prova testemunhal novamente conduz à convicção de que o magistrado era um dos mais produtivos e que a unidade não tinha um controle de processos, tampouco uma ordem cronológica na apreciação de feitos. Veja-se o depoimento do servidor Rômulo Rocha que, desde 2006, trabalha naquela unidade jurisdicional (Id. 4353952):

Historicamente na Vara sempre houve muitos processos tanto conclusos para sentença, despacho e decisão, até hoje é assim”; **“lá na 5ª, especificamente, ainda era processo físico, então era colocado em escaninhos e você pegava o processo que era visto mesmo, não tinha um controle, uma ordem cronológica assim que você pudesse atuar e pegar por ordem”; “um assessor poderia pegar aleatoriamente um processo em qualquer escaninho”; “acontece até hoje com alguns processos físicos que ainda restam na unidade de, por exemplo, pegar um processo que está lá embaixo e, ao retornar, coloca no primeiro processo que você pega, primeiro em cima na fila”; “no geral, ele [Juiz Clésio] movimentou muito a Vara sim, sentenciou, despachou, decidiu vários processos, foi um tempo bem dinâmico, pra falar a verdade”.** (grifos nossos)

Os dados referentes ao período em que o magistrado respondeu pela 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís/MA também evidenciam que a ação ordinária proposta por José Mauro Barbosa Arouche foi apenas mais uma dos 113 processos que tiveram seu mérito apreciado pelo Juiz (Id. 3525635, p. 12):



MONIQUE SALES COELHO GOMES,
SECRETÁRIA JUDICIAL DA QUINTA VARA DA
FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUIS, TERMO
JUDICIÁRIO DA COMARCA DA ILHA DE SÃO
LUIZ, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, ET
COETERA...

CERTIDÃO

USANDO da faculdade que me confere o art. 141, incs. I e V, do Código de Processo Civil, **C E R T I F I C O**, que o MM. Juiz, Dr. Clésio Coelho Cunha, respondendo por esta Unidade Judicial no período de 03 de agosto de 2015 a 01 de setembro de 2015, em razão das férias do Magistrado Titular, **proferiu 113 (cento e treze) sentenças, 81 (oitenta e uma) decisões, 324 (trezentos e vinte e quatro) despachos, tendo presidido 4 (quatro) audiências**, conforme pode-se denotar do relatório extraído do sistema Themis PG 3, que ora se faz anexar. Dada e passada a presente, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze (2015).


Monique Sales Coelho Gomes
Secretária Judicial

Do interrogatório do processado, colhe-se, ainda, que este só teria voltado a apreciar a referida ação ordinária em agosto 2015, porque foi procurado pelos advogados do candidato e havia se comprometido a examinar os autos (Id. 4284404). Alegação que não chega a causar espécie, pois, cientes de que o magistrado havia deferido a medida liminar, era presumível que os causídicos buscariam uma nova chance de êxito na demanda de seu cliente.

Quando se passa à análise da decisão proferida pelo magistrado, também não se identifica cenário que o comprometa. Ao contrário, fica ainda mais inequívoca a natureza jurisdicional do ato, porquanto detidamente apreciado e mantido pela 3ª Câmara Cível do TJMA no julgamento da ação rescisória.

Decerto, no que se refere à jurisprudência invocada na sentença e que supostamente não se amoldaria ao caso, vê-se que aquele colegiado Maranhense a reputou plenamente apta a fundamentar o provimento (Id. 3780796, p. 37):

Verifico ainda que a referida sentença acha-se fundada em jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, tendo posto em relevo o REsp 731257/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 05.11.2008, bem como RMS nº 4181/GO, 6ª Turma, Rel. Min. LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, de 06.05.1996, que fazem alusão a outros julgados daquela Corte Superior.

Não bastasse isso, em relação à remessa necessária, a 3ª Câmara Cível do TJMA fez questão de ressaltar que o trânsito em julgado da sentença não decorreu da mera citação de dispositivos pelo Juiz, mas, sim, da não interposição de recursos pelo



Estado, que, até mesmo na ação rescisória, deixou de apresentar contestação (Id. 3780796, p. 37 a 39):

Verifico que na sentença rescindenda o próprio juiz destacou, em sua parte final, que era desnecessária sua remessa à Superior Instância, ante a previsão do art. 475, §§ 2º e 3º, do CPC/73, então em vigor.

[...]

Outrossim, a mencionada sentença foi devidamente publicada e o Estado do Maranhão com a mesma concordou, não tendo interposto recurso voluntário. Nem mesmo embargou de declaração. Concordou implicitamente inclusive com a tese de que seria desnecessária a sua remessa a esta Corte (fls.68/84), e, assim, após transcorrido o prazo legal, sobreveio a CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO juntada por cópia às fls.85, que, até aqui, não foi declarada nula por sentença judicial, o que levou as Autoras, de boa-fé, a propor a presente Ação Rescisória e o réu a apresentar defesa.

Ademais, nem há que se falar que a sentença rescindenda que, em última análise, apenas e tão somente, determinou que o Estado do Maranhão incluísse o nome do autor daquela ação ordinária, ora réu nesta rescisória, na fase final do concurso público para outorga de delegação de serviços notariais e de registros pelo Poder Judiciário, fase essa referente à análise de títulos (fls.68/84, vol. I), **não tendo a ausência da remessa causado qualquer prejuízo ao erário estadual nem tão pouco ao interesse público de modo geral, à medida que a aludida sentença tornou-se pública** e não afetou a lisura do concurso, já tendo sido cumprida e estando as partes naquele processo em que foi proferida cientes de seu trânsito em julgado e de seus efeitos produzidos e consolidados.

[...]

Prova de que o Estado do Maranhão tinha ciência de que a sentença rescindenda se encontrava transitada em julgado é que ele, devidamente citado para os termos da presente Ação Rescisória, sendo-lhe encaminhados os autos com vista, quedou-se silente, não tendo apresentado contestação nem arguido, isoladamente, ausência de interesse processual por suposta inocorrência do trânsito em julgado da sentença rescindenda, tendo-se limitado a apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração ao Acórdão que julgou o Agravo Interno nº 15.064/2016, que tinham sido opostos pelo réu José Mauro Barbosa Arouche, como comprovado às fls.639, 643/652 e 658.

No caso, até a avocação dos autos de origem pela Presidência desta Corte de Justiça, a pretexto de dar cumprimento ao duplo grau de jurisdição, não teria sentido prático, **já que a mencionada sentença se encontra destituída de qualquer mácula a ensejar a sua nulidade ou erro ou injustiça a dar**



azo à sua reforma, como já demonstrei na sessão anterior quando exteriorizei meu voto pela improcedência desta ação rescisória de acordo com o parecer ministerial e que a seguir voltarei a reproduzi-lo.

[...] nada há na mesma a ensejar a sua nulidade ou reforma.
(grifos nossos)

Indiscutível, portanto, que acervo probatório coligido ao presente PAD não se mostra hábil a comprovar que o magistrado agiu de modo intencional e que se valeu da jurisdição para garantir que o desígnio do candidato prevalecesse sobre o interesse público.

Registre-se, em aprofundamento à discussão, não se desconhecer que, do conjunto narrativo, existe algum grau de probabilidade que tenha havido efetivo prévio acordo entre o magistrado e a Desembargadora para favorecer o candidato no certame. Dito de outro modo, é plausível a construção lógica de que o Juiz de Direito tenha decidido a pedido da Desembargadora, para favorecer o ex-assessor desta.

Não obstante, por ausência de sustentáculo probatório, quanto a ele, a questão acaba se inserindo, na concreta realidade destes autos, no campo indiciário, insuficiente para conduzir a uma aplicação de penalidade.

Perceba-se que, diversamente da Desembargadora, as decisões do processado foram proferidas em sede de ação ordinária e, ainda que questionáveis juridicamente, não são dotadas de teratologia ou elemento robusto que denote influência externa na construção lógica empregada no processo de decidir.

Por conseguinte, do que se tem nos autos, o que remanesce é, como já dito, o caráter jurisdicional do ato, cujo acerto/desacerto já foi analisado na ação rescisória e segue sendo apreciado por meio dos recursos próprios. E sendo essa a constatação advinda da prova produzida, não há outro caminho senão concluir pela improcedência das imputações em relação ao processado.

III – DA CONCLUSÃO

Comprovado, pois, que apenas a Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa agiu em patente afronta aos deveres previstos nos arts. 35, I e VIII, da LOMAN, bem como nos arts. 8º, 24 e 37 do Código de Ética da Magistratura, por conhecer e deferir medida liminar em mandado de segurança, durante o plantão judiciário,



com o propósito de favorecer o seu ex-assessor, **julgo parcialmente procedentes as imputações constantes da Portaria CNJ 13/2018 em relação à magistrada, porém improcedentes quanto ao Juiz Clésio Coelho Cunha.**

IV – DA DOSIMETRIA

Verificada a violação aos deveres inerentes à magistratura, faz-se necessário aplicar a sanção cabível e proporcional às faltas praticadas pela Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa.

À luz desse entendimento e ciente de que, no desempenho do seu ofício jurisdicional, a magistrada optou por proferir decisão claramente teratológica para favorecer o seu ex-assessor, afigura-se notório que o ato não comporta uma mera advertência (art. 43 da LOMAN e art. 4º da Resolução CNJ 135/2011).

A gravidade da conduta – que sobrepuja a figura da processada e atinge a própria credibilidade do Poder Judiciário – também não admite a simples imposição da pena de censura (art. 44 da LOMAN e art. 4º da Resolução CNJ 135/2011).

Diante da natureza do cargo (Desembargadora), cuja jurisdição é exercida sobre todo o Estado, afigura-se igualmente inaplicável a pena de remoção compulsória (art. 45, I, da LOMAN e art. 5º da Resolução CNJ 135/2011).

Esse agir, portanto, contrário a deveres de tamanha envergadura evidencia que a penalidade cabível, *in casu*, é a disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço (arts. 42, IV e 45, II, da LOMAN e art. 6º da Resolução CNJ 135/2011), pelo prazo de 2 anos, visto que, embora sejam graves, as condutas faltosas não acarretam a incompatibilidade permanente para o exercício do cargo.

Quanto ao ponto, devo lembrar que, ainda que se pretenda invocar a inexistência de outras faltas disciplinares nos assentamentos da Desembargadora processada (Id. 3525607, p. 18), a comprovação da quebra da imparcialidade basta por si só para conspurcar o seu histórico funcional.

V – DO DISPOSITIVO

Ante o exposto, **REJEITO** a preliminar suscitada e **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** as imputações relativas à Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa, para aplicar-lhe a pena de disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, pelo prazo de 2 anos, e, em relação ao Juiz Clésio Coelho Cunha, **JULGO IMPROCEDENTES** as imputações.

Intimem-se e remetam-se cópias dos presentes autos ao Ministério Público



Estadual e à Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Resolução CNJ 135/2011.

Cumpridas as comunicações de praxe, archive-se o feito independentemente de nova conclusão.

É como voto.

Brasília, data registrada no sistema.

JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO

Conselheiro Relator

CJR 02

[1] Disponível em: https://arquivos.qconcursos.com/regulamento/arquivo/1278/tj-ma-2008-cartorio-edital.pdf?_ga=2.208379282.1691484286.1683485790-892782273.1651456863

[2] Disponível em:
http://www.tjma.jus.br/atos/tj/geral/0/130/pnao?pagina=0&quantidade=10&str_numero=&ano=&palavra_chave=registros

[3] Disponível em: <https://jurisconsult.tjma.jus.br/#/sg-public-search-process-sheet>

[4] Disponível em: <https://jurisconsult.tjma.jus.br/#/sg-public-search-process-sheet>

[5] Disponível em: <https://jurisconsult.tjma.jus.br/#/sg-public-search-process-sheet>

[6] Disponível em:
https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/portalweb/comunicado_semanal_desembargador_plantonista_do_perodo_de_28_03_a_03_04_2016_28032016_0942.pdf

[7] Dispõe sobre regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição.

[8] Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:

[...]

II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;

[9] Disponível em: https://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO - 0000044-82.2019.2.00.0000**
Relator: **CONSELHEIRO JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO**
Requerente: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**
Requerido: **CLESIO COELHO CUNHA e outros**

VOTO PARCIALMENTE DIVERGENTE



Adoto o relatório apresentado pelo eminente relator, Conselheiro José Edivaldo Rocha Rotondano, que descreve minudentemente os fatos trazidos ao Conselho Nacional de Justiça.

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar contra Magistrados (PADMag) aberto pelo Conselho Nacional de Justiça em face da desembargadora Nelma Celeste Souza Sarney e do juiz Clésio Coelho Cunha.

No PAD em tela, discute-se a eventual violação ao dever de imparcialidade por parte dos magistrados por haver oficiado em determinado feito relativo a concurso de delegatário de serventias extrajudiciais de candidato que teria servido como assessor da referida desembargadora.

No caso concreto agora sob exame, os processos que deram azo à abertura da investigação disciplinar envolviam a discussão se, ao redigir uma peça em resposta a questão de concurso, poderia o candidato usar de nome fictício (que não era o do próprio candidato nem o de terceiro envolvido no concurso) ao invés de abreviações, para responder à questão. A banca entendeu tratar-se de identificação de prova, levando à atribuição de pontuação zero à resposta. O juiz e a desembargadora apreciaram jurisdicionalmente esta questão, entendendo que não haveria identificação do candidato ao usar nome fictício e determinando a atribuição dos pontos ao candidato.

Para os fins destes autos, importa menos discutir o acerto ou desacerto da decisão da banca do concurso e dos magistrados que apreciaram o feito, embora seja importante destacar que o próprio TJMA e depois o STJ tenham entendido devida a decisão de concessão dos pontos ao candidato.

O que efetivamente se discute, neste âmbito disciplinar, é se ao despachar em substituição ou em plantão os magistrados teriam quebrado o dever de imparcialidade inexoravelmente ligado à atividade judicante.

Em relação ao magistrado Clésio Coelho Cunha, concordo com o relator de que as provas e evidências colacionadas não permitem conduzir à conclusão de que ele teria sido designado para atuar em substituição ao titular da 5ª vara da fazenda pública de São Luís especificamente para julgar o processo do referido candidato. Verifica-se que o juiz habitualmente era designado para responder em substituição por varas de grande volume e que em todas elas produziu centenas de decisões por mês, não havendo evidências de casos “pinçados” para decisão. Aliás, somente na 5ª vara da fazenda, era já sua 3ª designação para atuação, sem qualquer conexão com o caso em tela. Nesse sentido, portanto, acompanharei a conclusão de S.Exa. o relator quanto ao arquivamento do feito em relação ao juiz Clésio Cunha.

Em relação à desembargadora Nelma Celeste Sarney, verifico que efetivamente a decisão concedida em mandado de segurança durante o plantão judicial, reformando a decisão de colega desembargador, não atendeu à normativa do CNJ sobre a atuação em sede de plantão judicial.

Este Conselho Nacional de Justiça tem sido constantemente severo na análise do enquadramento aos termos da Resolução nº 71, de 2009, de decisões proferidas em plantão judiciário. A casuística deste Conselho aponta diversos casos em que foram punidos magistrados que atuaram em plantão judicial por decisões que não se enquadravam à normativa do que pode ser decidido em plantão, ainda que tecnicamente corretas ou juridicamente possíveis.

O caso em tela parece ajustar-se a essa jurisprudência. Embora, no mérito, eu não veja teratologia na decisão, sem dúvida a boa prudência (que também é dever do magistrado, além da imparcialidade, nos termos do Código de Ética da Magistratura), recomendaria que a magistrada plantonista, à época também atuando como Corregedora, poderia haver-se absterido de proferir decisão naquele caso de candidato que houvera atuado como seu assessor por tantos anos. Além disso, o mandado de segurança, à luz da jurisprudência deste Conselho, foi aparentemente manejado em substituição a recurso.

Mas, apesar de enxergar tal violação, parece-me que a pena a ser aplicada deve ser compatível com a gravidade da conduta e com as consequências dela advindas. Verifico que o candidato supostamente beneficiado não tomou posse por conta da decisão da desembargadora Nelma Sarney, mas, sim, por decisão colegiada da turma competente do Tribunal de Justiça do Maranhão. Não houve, pois, consequências lesivas ao ordenamento jurídico advindas daquela



decisão. Não me parece que a decisão, em si, tenha sido teratológica (até mesmo porque posteriormente foi mantida pelo TJMA e pelo STJ), mas enxergo uma ofensa ao princípio do juiz natural que está a merecer o devido grau de apreensão.

Minha divergência em relação ao voto do relator reside exclusivamente na dosimetria da pena aplicada à desembargadora. Isso porque o exame atento dos autos parece-me autorizar o recurso a jurisprudência recente do CNJ que permitiu a fixação de prazo inferior a dois anos para a aplicação de pena de disponibilidade. É o seguinte o precedente:

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA NÃO CARACTERIZADA. REPOSTAGEM E MANIFESTAÇÃO EM REDE SOCIAL. CONTEÚDO REVESTIDO DE ÍNDOLE POLÍTICO-PARTIDÁRIA. OFENSA AOS DEVERES INSCULPIDOS NO ART. 95, PARÁGRAFO ÚNICO, III, DA CARTA MAGNA/1988, NO ART. 35, VIII, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 35/79 (LOMAN), NOS ARTS. 1º, 2º, 7º, 13, 15, 16 E 37 DO CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA, NO ART. 3º, I, DO PROVIMENTO Nº 135 DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA, BEM COMO NOS ARTS. 3º, II, “A” E “F”, E 4º, II, DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 305/2019 DEMONSTRADA. PROCEDÊNCIA DA IMPUTAÇÃO. GRAVIDADE DA CONDUTA. INCOMPATIBILIDADE TEMPORÁRIA PARA O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO. PENA DE DISPONIBILIDADE FIXADA POR 60 (SESENTA) DIAS.

(...)

4. Na hipótese, para além de replicar em rede social de amplo espectro conteúdo intuitivamente apto a descredenciar candidato à Presidência da República perante a opinião pública, o requerido manifestou expressamente apoio a candidato e partido político, evidenciando militância político-partidária, ou seja, dada a condição de membro do Poder Judiciário, ultrapassou os limites inerentes ao exercício do livre direito de expressão de pensamento.

5. Os atos praticados pelo magistrado processado, distanciando-se da prudência e da cautela que deveriam nortear as suas manifestações em rede social, ainda que de índole privada, consubstanciaram falta funcional, a receber reprovação por parte deste Conselho, pois violadores dos deveres insculpidos no art. 95, parágrafo único, III, da Carta Magna/1988, no art. 35, VIII, da Lei Complementar nº 35/79 (LOMAN), nos arts. 1º, 2º, 7º, 13, 15, 16 e 37 do Código de Ética da Magistratura, no art. 3º, I, do Provimento nº 135 da Corregedoria Nacional de Justiça, bem como nos arts. 3º, II, “a” e “f”, e 4º, II, da Resolução CNJ nº 305/2019.

6. Sopesados o elevado grau de reprovabilidade da conduta, o potencial lesivo dali decorrente e o efeito pedagógico/dissuasório da sanção, à luz da razoabilidade e da proporcionalidade, revela-se pertinente a aplicação da disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, pelo prazo de 60 (sessenta) dias (art. 93, VIII, da Carta Magna, arts. 42, inc. IV, e 57, parágrafo 1º, da LOMAN, c.c art. 6º, da Resolução CNJ nº 135/2011).

7. Imputação que se julga procedente para aplicar ao magistrado processado a pena de disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço por 60 (sessenta) dias.

(CNJ - PAD - Processo Administrativo Disciplinar - 0002268-51.2023.2.00.0000 - Rel.

JANE GRANZOTO - 19ª Sessão Ordinária de 2023 - julgado em 12/12/2023)

Sendo assim, considerando os diferentes aspectos aqui alinhavados nessa divergência pontual que inauguro exclusivamente sobre a dosimetria aplicada, estou convencido que é o caso de utilizarmos a recente jurisprudência deste Conselho Nacional de Justiça para, modulando os efeitos da pena de disponibilidade, aplicá-la pelo prazo de 6 (seis) meses.

Com essas breves considerações, e pedindo mais uma vez vênias ao eminente Conselheiro Relator, julgo o presente processo administrativo disciplinar PARCIALMENTE PROCEDENTE, para aplicar a pena de **disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias** (art. 93, VIII, da Carta Magna, arts. 42, inc. IV, e 57,



parágrafo 1º, da LOMAN, c.c art. 6º, da Resolução CNJ nº 135/2011), acompanhando no restante os termos do voto do relator, particularmente na rejeição das preliminares e no juízo de improcedência em relação ao juiz Clésio Coelho Cunha.

Luiz Fernando BANDEIRA de Mello
Conselheiro





Conselho Nacional de Justiça
Gabinete do Conselheiro **Marcello Terto**

Autos: Processo Administrativo Disciplinar em Face de Magistrado nº 0000044-82.2019.2.00.0000

Requerente: Conselho Nacional de Justiça -CNJ

Requerido: Clesio Coelho Cunha e outro

DECLARAÇÃO DE VOTO

Adoto, na íntegra, o bem lançado relatório firmado pelo e. Relator, Conselheiro Rotondano. E registro que o voto divergente laçado pelo e. Conselheiro Bandeira de Mello me trouxe mais dúvidas que certezas.

Não digo isso em relação ao caminho que se aponta, na linha da proporcionalidade, mas à própria ocorrência do ilícito. Digo isso porque: (a) se não houve favorecimento; (b) se a própria Resolução CNJ nº 71/2009, em seu art. 1º, diz que o plantão dos *“tribunais ou juízos, destina-se exclusivamente ao exame das seguintes matérias”*, entre tantas outras, aos *“mandados de segurança em que figurar como coator autoridade aquela submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista”*; e, (c) se a decisão que a magistrada tomou, no sentido de uma antecipação do mérito, foi posteriormente confirmada pelo órgão colegiado competente do Tribunal de Justiça do Maranhão; então onde está a teratologia?

Nesse aspecto, ainda importa refletir: do ponto de vista correcional, a teratologia tem que ser enfrentada em que perspectiva? Jurisdicional ou administrativa?

Porque eu fico receoso de nenhum advogado no país conseguir mais obter liminares em plantões, em especial em mandados de segurança, ante o temor que esse tipo de controle disciplinar que se propõe pode impor no espírito da magistratura.





Conselho Nacional de Justiça
Gabinete do Conselheiro **Marcello Terto**

Com todas as vênias e considerando todo o esforço argumentativo apresentado pelo e. Relator, eu não vejo infração e por isso entendo que se deve caminhar no sentido de uma proporcionalidade, para além de uma gradação equivalente àquela que este Conselho recentemente apontou como uma forma de garanti-la na aplicação das penas disciplinares, em especial quando se trata de desembargadores.

Em função do que se desenha, ante a ausência de tipicidade, me sinto livre para pedir vênias também ao Conselheiro Bandeira, porque não vejo infração disciplinar neste caso. Pode haver outras coisas, mas, se não há nenhum desses elementos confirmados nestes autos, no meu espírito, enquanto julgador, eu não posso fazer nada além do que apontar uma segunda linha de divergência pela improcedência total do PAD.

Conselheiro **Marcello Terto e Silva**

